

A REORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS MUNDIAIS APÓS A SEGUNDA GRANDE GUERRA. (1945–1979)

*Beatriz Maria Soares Pontes**

AS CAUSAS PRINCIPAIS DA SEGUNDA GUERRA

Após a Primeira Guerra Mundial, o caráter monopolista das economias capitalistas mais evoluídas tornou-se nítido. Os processos de concentração e coalizão corporativa do capitalismo acarretaram a gradativa eliminação do próprio mecanismo que os gerou: a “livre” concorrência. Assim sendo, observou-se, a nível político, a ampliação do poder das classes dominantes e a maior intervenção do Estado na economia. Por outro lado, os países capitalistas desenvolvidos, em virtude dos processos aludidos, tenderam a uma expansão de cunho acentuadamente imperialista no âmbito internacional. A crescente concentração e coalizão corporativa, com a conseqüente necessidade de expansão, resultaram da monopolização dos mercados, da captura de fontes de matérias-primas e de novas oportunidades de investimentos. Esta situação motivou a competitividade e a geração de graves conflitos entre os países do campo imperialista.

Neste contexto, se a exportação de capitais suscitou a prosperidade dos Estados Unidos nos anos 20, acentuou, ao mesmo tempo, as contradições do crescimento capitalista que acabaram provocando a crise de 1929. Vale ressaltar que já eram evidentes, naquela época, as limitações à expansão imperialista, envolvendo, em especial, os países colonialistas europeus: aumento da concorrência, tarifas aduaneiras estabelecidas pelos países subdesenvolvidos, boicote a produtos estrangeiros, políticas bancárias de relativa autonomia e a eliminação de certos privilégios a investidores estrangeiros. Tais fatos se verificaram apesar da clara aliança entre as classes dominantes dos países subdesenvolvidos e as potências imperialistas.

Por outro lado, no período 1920–1930 ocorreu a divisão político-ideológica do mundo capitalista, com o advento do nazi-fascismo. Na Alemanha e Itália, contrariamente ao que se constatava nos Estados Unidos, Inglaterra e França, na época em questão, a burguesia não havia ainda logrado a liderança política e econômica, ainda amplamente dominada pela nobreza agrária. Apesar de Hitler e Mussolini terem ascendido ao poder, em parte com a colaboração de chefes agrários, o posterior surgimento do nazismo e do fascismo teve lugar nos centros urbanos. Tais movimentos estavam estreitamente vinculados aos setores menos favorecidos da classe média, na ocasião atingida pelas fortes crises econômicas. Além do problema econômico, o nacionalismo desses países, reavivado no pós-guerra por questões territoriais, foi também um fator decisivo para a consolidação do nazismo e do fascismo. (CROUZET, 1972: 203–204).

* Professora do Departamento de Planejamento do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Campus de Rio Claro.

Ao lado dos motivos anteriormente salientados contribuiu, sem dúvida, para a ascensão dos movimentos nazista e fascista, a crescente fragilidade dos governos parlamentares da Itália e Alemanha, incapazes de solucionar os seus respectivos problemas econômicos e controlar as manifestações de protesto deles decorrentes. Apareceram, naquela ocasião, nos dois países, organizações paramilitares que, com a discreta anuência do governo e do exército, reprimiram os movimentos contestatórios dos operários, dirigidos pelos socialistas, com o intuito de estancar a "ameaça comunista".

Com a confirmação definitiva de Mussolini na Itália, em 1925, e de Hitler na Alemanha, em 1933, a unificação interna dos dois países ficou alicerçada sobre bases econômicas e político-ideológicas francamente contrárias ao liberalismo democrático dos demais países capitalistas.

Uma outra causa responsável pelo desencadeamento do segundo conflito mundial foi a nova realidade geopolítica delineada pelo Tratado de Versalhes. O referido tratado determinava o desmembramento do antigo império austro-húngaro com o intuito de restringir a expansão alemã e a penetração do socialismo no Oeste. Assim sendo, a influência francesa e inglesa deslocar-se-ia para áreas, anteriormente, sob a égide austro-húngara, alemã e russa.

Todavia, o Tratado de Versalhes não logrou instrumentos adequados para a realização dos seus objetivos, criando uma situação geopolítica instável que exacerbou sentimentos nacionalistas nos países onde visava reformular a ordem antes existente.

Neste contexto, a Itália e a Alemanha, já quase superados os seus problemas internos, voltaram-se para os seus propósitos expansionistas. A Itália interveio na Abissínia e a Alemanha ocupou a Áustria e a Tchecoslováquia. Entretanto, com a invasão da Polónia pela Alemanha a reação franco-britânica foi imediata, provando o que já se constatara no passado: as grandes potências adotam providências extremas, incluindo a guerra, quando a sua zona de equilíbrio é ameaçada.

Terminada a Segunda Grande Guerra, o surgimento da União Soviética como potência socialista criou um novo equilíbrio no âmbito internacional. Na verdade, a URSS chegara, no decorrer do conflito, até a Europa Central. Em pouco tempo, a Polónia, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Albânia, Iugoslávia e Alemanha Oriental passaram a constituir a área de influência socialista. Reconheceu-se que o firme estabelecimento do poder revolucionário e o crescimento da economia facultaram à URSS a criação de um poderio militar comparável ao das grandes potências ocidentais. Desta forma, os Estados Unidos e os seus aliados europeus tiveram que enfrentar uma nova realidade, hostil aos seus objetivos: governos socialistas em nações da Europa onde seriam bem-vindas as democracias parlamentares e a livre empresa.

A nova ordem mundial desencadeou, então, o período da Guerra Fria.

A NOVA ORDEM INTERNACIONAL NO SEGUNDO PÓS-GUERRA

O período subsequente ao segundo conflito mundial foi caracterizado pela hegemonia econômica dos Estados Unidos, por vários motivos: o país em questão, estava fora do palco das operações militares reduzindo, portanto, as suas perdas humanas e materiais; a economia de guerra possibilitou a superação, por parte dos Estados Unidos, dos efeitos negativos acarretados pela crise de 1929; houve um crescimento do capital financeiro norte-americano e mediante o apoio do Governo e das grandes corporações se verificou a modernização do parque industrial estadunidense.

Assim, por volta de 1945, a burguesia norte-americana constatou a inexistência de competidores fortes em virtude da fragilidade das economias européia e japonesa, devastadas pela guerra. Por outro lado, os norte-americanos se aperceberam da necessidade de colaborar na reconstrução daquelas economias, com o intuito de evitar que as nações européias e o Japão se desviassem do capitalismo em face de um eventual recrudescimento do movimento socialista ou da influência política que já se fazia sentir na Europa Oriental, dos países sob a liderança da URSS. Além disso, a forte concentração de capitais, ocorrida durante a Guerra, acentuou o interesse dos grupos poderosos norte-americanos na projeção política do seu país no plano externo. A Europa representava o mercado certo para a colocação de capitais e produtos norte-americanos e a estabilidade da mesma, a garantia para novas oportunidades de investimento e intercâmbio comercial. Isto significava também, o aumento do poder global do bloco capitalista e a ampliação do poderio dos Estados Unidos, como potência *leader* do Ocidente.

A ofensiva ideológica e a expansão econômica norte-americanas, fundamentadas numa estrutura de poder na qual era evidente a interpenetração entre Estado e grandes empresas e notório o relacionamento entre os integrantes do Congresso dos EUA e os interesses econômicos, materializaram-se, em termos de ações concretas, através da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (1941) e pela criação da UNRRA em 1943. Pela primeira, as nações aliadas se converteram em devedoras dos Estados Unidos e a segunda, foi a primeira organização internacional de ajuda econômica aos povos libertados, com a maior contribuição dos norte-americanos. Em 1947, surgiu o Plano Marshall, programa de reconstrução financiado pelos EUA, do qual se beneficiaram as economias européias. Dele estavam excluídas a URSS e as nações da Europa Oriental (MICHELENA, 1977: 53).

Vale ressaltar, todavia, que a política de ajuda externa à Europa e ao Japão não foi motivada apenas por razões políticas e militares em face da Guerra Fria, mas significou, sobretudo, a resolução dos problemas e necessidades econômicas pertinentes ao capitalismo norte-americano. (STROESSINGER, 1965).

Os fluxos de inversões de capitais, visando a expansão econômica dos EUA, notabilizaram-se pelo caráter transcontinental e clara preferência por

áreas capitalistas mais avançadas, nos anos 50 e 60. Entretanto, há uma evidente diferença entre a natureza das inversões feitas nos países capitalistas adiantados e o tipo das realizadas nas nações subdesenvolvidas, embora nos dois casos a maior parte das inversões tenham sido efetuadas pelas grandes corporações transnacionais.

Na Europa, Canadá e Austrália as inversões se voltaram para o setor fabril. Nestes países, o capital norte-americano foi aceito e procurado com o objetivo de assegurar o crescimento industrial e de benefícios. Assim sendo, os intercâmbios dos Estados Unidos com as nações capitalistas adiantadas evoluíram para uma relação de *interdependência* econômica acentuada.

Por outro lado, nos países subdesenvolvidos, as inversões se ativeram aos setores extrativos, principalmente o petrolífero. O relacionamento dessas nações com os Estados Unidos foi marcado pela dependência, garantida, aliás, pela articulação existente entre as burguesias locais e o capitalismo norte-americano. É evidente que semelhante vínculo externo teve profundas interferências na determinação dos objetivos do desenvolvimento nacional, acarretando, ainda, através de um intercâmbio desigual, uma transferência real de valor, francamente favorável aos países capitalistas evoluídos, principalmente aos EUA.

Não se ignora, também, o significado das matérias-primas nas relações de dependência dos países subdesenvolvidos com os países imperialistas. Para o imperialismo, o controle das fontes de matérias-primas é vital para a expansão da sua indústria. A partir de 1960 a dependência dos países imperialistas no que concerne ao petróleo, minerais estratégicos e minerais de largo uso industrial, como o ferro, tornou-se muito expressiva. Entretanto, esta situação não chegou a apresentar impasses irremovíveis, tendo em vista a necessidade das nações menos favorecidas de continuarem exportando as aludidas matérias-primas, que chegavam a lhes proporcionar dois terços ou mais de suas divisas estrangeiras. (HOROWITZ, 1964: 84—85).

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos também passaram a deter uma posição hegemônica no âmbito do comércio internacional. Porém, o comércio desenvolvido entre os EUA e os países europeus e o Japão foi muito maior do que o realizado com as nações subdesenvolvidas.

No período já salientado, os Estados Unidos detiveram uma posição de liderança no que tange ao controle das finanças internacionais, com a conseqüente expansão da rede bancária norte-americana e a transformação do dólar na moeda mundial.

O poderio norte-americano, contudo, no seu processo de expansão, não se deteve nos aspectos anteriormente ressaltados, em nível internacional.

Na realidade, desde os fins do século passado, os Estados Unidos empenharam-se na participação das empresas norte-americanas nos mercados coloniais europeus. Esta foi, em suma, a política de *open doors* que acarretou uma nova posição dos Estados Unidos, nitidamente favorável aos movimentos de independência surgidos nas colônias européias, que passariam à condição

de áreas de "livre comércio". Assim, nas referidas áreas, em virtude da nova ordem política, os monopólios europeus estariam rompidos, facultando, pois, a abertura de tais mercados às empresas norte-americanas.

A partir do início do século XX, as nações européias mais importantes começaram a sofrer um gradativo declínio na exportação mundial de produtos manufaturados, assistindo-se à constante ascensão dos Estados Unidos na mesma. A perda da importância dos europeus foi ainda mais acentuada com o desmembramento dos grandes impérios: britânico, francês e o holandês.

A queda dos aludidos impérios facultou a expansão da influência econômica e política dos Estados Unidos nas áreas a eles pertencentes anteriormente. Assim os EUA substituíram os países imperialistas europeus e ampliaram sua zona de influência, estando nela incluído todo o mundo subdesenvolvido.

Com a perda dos privilégios que detiveram no passado, os países imperialistas europeus se empenharam na estruturação de um processo de integração de suas economias com o intuito de possibilitar o desenvolvimento das oportunidades de cada um, a partir da ampliação do mercado e a manipulação de tarifas de maneira que pudessem gerar grandes empresas em condições de competir com as norte-americanas. Com a atuação de empresas norte-americanas na economia dos países da Europa Ocidental, nos primeiros anos decorridos após o término da Segunda Grande Guerra houve um entrelaçamento destas com a economia européia, resultando na integração da Europa com importantes setores da economia estadunidense, ao mesmo tempo em que se verificava o processo de integração econômica da própria Europa. (FAIRE e SEBORD, s.d.: 68-71).

Assim, a interpenetração de imperialismos possibilitou também o maior entrosamento do bloco político-militar em formação. Quando as economias européias alcançaram uma recuperação satisfatória, os efeitos negativos da competição fizeram-se sentir na economia norte-americana. Isso, entretanto, pouco afetou os interesses dos grandes *trustes* dos Estados Unidos, os quais atuaram sempre desvinculados de qualquer governo visando exclusivamente os seus próprios interesses.

Portanto, se, de um lado, a potência hegemônica foi levada a estimular o desenvolvimento das nações poderosas que integraram a sua zona de equilíbrio por razões econômicas, políticas e militares, de outro, o maior poderio conferido a essas nações contribuiu para debilitar a posição hegemônica da grande potência. Esta, não pôde estancar o processo, porquanto o seu poderio dependia do poder do bloco em seu conjunto.

É desejável que as potências da zona de equilíbrio mantenham uma posição complementar dentro do sistema, não sendo, pois, estranhável que a potência hegemônica controle alguns pontos-chaves do bloco: o setor militar, o desenvolvimento tecnológico e as pesquisas espaciais e nucleares. Por outro lado, as nações mais desenvolvidas do bloco, não tendo amplos compromissos

quanto aos pontos-chaves, dedicam os seus recursos ao desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia em outras áreas, o que compromete, sem dúvida, a hegemonia norte-americana. (DENISON, 1967).

Cumprе salientar, além disso, que a influência soviética na Europa e alguns movimentos de libertação de tendência pró-socialista, na Ásia, foram considerados como uma "ameaça ao mundo livre". A perspectiva de semelhante ameaça motivou, em virtude da eventual necessidade de defesa ou agressão, um grande desenvolvimento científico e tecnológico e um expressivo efeito na economia da superpotência do Bloco Ocidental. Constatou-se que se, por um lado, a corrida armamentista e os gastos bélicos compensaram as depressões econômicas e possibilitaram o desenvolvimento de uma indústria essencialmente dinâmica, por outro lado, os gastos relativos à pesquisa e construção de armas nucleares e foguetes foi de tal ordem, que apenas as duas superpotências tinham condições de arcar com esta enorme responsabilidade.

É ponto pacífico que a aludida expansão da influência soviética na Europa Oriental restringiu a participação dos países capitalistas nos mercados referentes ao Leste europeu e levou a perda de expressivas fontes de matérias-primas.

Semelhante situação desagradava profundamente às burguesias dos diversos países imperialistas que passaram a apoiar a liderança norte-americana. Esta contava com o desmoronamento do poderio soviético, porquanto só o colapso do poder da URSS levaria os russos a se retirarem de suas posições européias. (HOROWITZ, 1971: 279).

Todavia, o lançamento do Sputnik, primeiro satélite artificial da Terra, em 1957, pela União Soviética, convenceu os norte-americanos de que a referida nação era um sistema viável e perfeitamente capaz de desenvolver-se tecnologicamente em condições análogas ou superiores às dos Estados Unidos, em certas áreas estratégicas.

Essa realidade levou os ocidentais a uma revisão da sua política de relações com o Leste. Os Estados Unidos resolveram construir uma força nuclear capaz de garantir uma absoluta supremacia de poder sobre a URSS, e os países europeus compreenderam que melhor seria relacionar-se com as nações socialistas e com elas estabelecer um amplo intercâmbio econômico.

Portanto, o socialismo em expansão foi o elemento aglutinador do bloco capitalista. As classes hegemônicas dos países europeus não tiveram outra alternativa senão aceitar a liderança norte-americana para a salvaguarda da sua própria segurança. Além disso, os Estados Unidos, por razões de natureza política e estratégica, acabaram pressionando as elites das nações periféricas no sentido destas aceitarem a sua "cooperação" econômica e militar. Pretendiam, assim agindo, garantir a segurança do chamado "mundo livre".

Vale ressaltar, todavia, que a expansão do socialismo não deixou de acarretar uma certa debilidade no âmbito do bloco ocidental, uma vez que as nações capitalistas da zona de equilíbrio dos Estados Unidos viram as vantagens e os resultados positivos, conseqüentes do intercâmbio econômico com

os países da esfera socialista, nas suas economias nacionais. Tais relações comerciais possibilitaram, às nações capitalistas européias, a dinamização de certos setores tecnológicos, com visíveis vantagens uma vez que, nos aludidos setores, estava descartada a concorrência com o capital norte-americano. Essa situação alentadora, suscitou uma postura de maior independência por parte dos países europeus ocidentais em face da nação hegemônica do bloco: os Estados Unidos.

Portanto, a situação anteriormente delineada será o ponto de partida para a compreensão das mudanças políticas relativas ao equilíbrio de poder, no âmbito do bloco capitalista, numa etapa subsequente.

O BLOCO OCIDENTAL: PROCESSO DE FORMAÇÃO

O processo de formação de uma nova ordem mundial teve como lastro a definição da superestrutura jurídica, política e militar do mundo.

No período compreendido entre 1940 e 1954 um número expressivo de organizações internacionais governamentais foram criadas com o intuito de assegurar a nova ordem mundial.

Conforme foi salientado anteriormente, a integração dos países capitalistas num bloco de poder resultou da "ameaça comunista". Na verdade, as nações capitalistas européias reconheceram o perigo iminente em virtude da formação do bloco soviético com países situados na Europa Oriental.

De acordo com o pensamento dos governos ocidentais, uma eventual invasão da Europa pela URSS levaria os soviéticos a penetrarem até os Pireneus com relativa facilidade. Empenhados em que tal hipótese não viesse a se tornar realidade, os europeus, de comum acordo com os Estados Unidos, visando a defesa da Europa Ocidental, criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Por volta de 1945, as fronteiras militares da URSS iam além do Elba. Esta já dominava a Europa Central, abrangendo a Polônia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, parte da Alemanha, Iugoslávia e Albânia. Nesses dois últimos países a influência soviética era menor, porquanto ali se encontravam tropas autônomas de tendência socialista que não ofereciam à URSS a mesma garantia verificada nos territórios ocupados pelos seus próprios exércitos.

Além dessa zona na qual o controle soviético era indiscutível, a URSS ocupava militarmente uma parte do Irã e a Coreia do Norte, embora nessas áreas também se constatasse a presença de tropas aliadas.

Todavia, terminada a Segunda Grande Guerra, a instalação de governos pró-soviéticos na zona ocupada, onde a influência ocidental foi gradativamente perdendo expressão, suscitou crescente inquietação no Ocidente, gerando climas de beligerâncias e antagonismos que acabaram conduzindo à Guerra Fria.

Semelhante contexto histórico era perfeitamente compreensível porquanto antecedia à redefinição de um novo equilíbrio mundial, com o surgimento de duas superpotências, as quais, diversamente do que até então

ocorrera no passado, correspondiam a duas formações econômico-sociais estruturalmente diversas.

Com o bloqueio de Berlim, em 1948, verificou-se a aglutinação das nações capitalistas européias, por razões de segurança, ao redor dos Estados Unidos que, nesse período, ainda detinham o monopólio nuclear.

Entretanto, pouco tempo depois, a explosão de um artefato atômico soviético tornou a Europa vulnerável a um ataque nuclear inimigo. Tal fato levou os aliados a reverem a estratégia da OTAN.

Constata-se, pois, que, a essa altura, os Estados Unidos e a União Soviética haviam atingido um nível de desenvolvimento na esfera nuclear, determinando, daí por diante, o que se convencionou denominar "capacidade dissuasiva recíproca". (MICHELENA, 1977: 76).

Ao findar a década de 50, sobrevieram novos avanços tecnológicos, com o aperfeiçoamento dos foguetes balísticos intercontinentais que tornaram as bases aéreas obsoletas e conseqüentemente expuseram todos os países ao alcance de um ataque atômico. Assim sendo, os conceitos de ganhar e perder, das guerras convencionais, foram totalmente superados, passando a situação a evoluir para a chamada "superioridade mútua", isto é, em caso de agressão, qualquer um dos dois contendores (USA - URSS) teria capacidade suficiente para destruir o outro.

A conseqüência política dessa "mútua superioridade" foi a redução das tensões na Europa e o respeito recíproco das grandes potências no que concerne às suas respectivas zonas de equilíbrio.

Dentro dessa perspectiva, a Europa Ocidental, o Japão e possivelmente as zonas petrolíferas do Oriente Médio constituiriam a zona de equilíbrio do bloco capitalista. Em contrapartida, a Europa Oriental e a China (antes do rompimento sino-soviético) corresponderiam à zona de equilíbrio da URSS.

Vale ressaltar que o desenvolvimento acentuado da capacidade destrutiva dos EUA e URSS atenuou visivelmente as tensões internacionais, dando margem ao surgimento de uma nova etapa da Guerra Fria conhecida por "coexistência pacífica" ou *détente*. (MICHELENA, 1977: 77)

O BLOCO OCIDENTAL: CRISES

No fim da década de 1960, a economia capitalista sofreu um sério golpe acarretado pela crise do dólar. Apesar das providências tomadas pelo governo dos Estados Unidos, a queda do dólar prosseguia contribuindo para acirrar os conflitos entre os países capitalistas. Obviamente, a crise do dólar afetou o sistema monetário internacional cujos problemas refletiam muito bem as contradições do desenvolvimento capitalista. Aliás, outras contradições manifestas do capitalismo estavam materializadas na deterioração do meio ambiente e da qualidade de vida, bem como na crise dos alimentos. Contudo, somente em fins de 1973, com o aparecimento da crise energética,

começou a haver um consenso generalizado de que se enfrentava uma nova crise do capitalismo.

Uma análise mais acurada da situação mundial levava à constatação de que ocorria uma crise de acumulação. Para superá-la, o sistema capitalista deveria promover a introdução de inovações tecnológicas, transformações das formas de acumulação e a implantação de mudanças fundamentais na divisão internacional do trabalho. A viabilização de semelhantes medidas poderia ser lograda mediante o desenvolvimento de novas fontes de energia, a exploração dos solos oceânicos, para a obtenção de produtos minerais e agrícolas, o desenvolvimento bioquímico e genético etc.

Assim a crise monetária internacional, a concorrência interimperialista crescente, as lutas de classes na Europa e nos Estados Unidos, os realinhamentos políticos mundiais e as expressivas mudanças nas relações internacionais seriam claras manifestações da crise geral de acumulação. (MICHELENA, 1977: 104)

A análise da natureza da crise elucida o contraditório modo de desenvolvimento do sistema capitalista.

A primeira contradição de caráter mais geral, uma vez que é aplicável a todos os modos de produção, é aquela (contradição) entre o "nível de desenvolvimento das forças produtivas e as finalidades limitadas da produção, que se origina na natureza das relações de produção. (MICHELENA, 1977: 105).

"A segunda contradição é específica do modo de produção capitalista e se origina no crescente caráter social da produção, que entra em contradição com o caráter privado de sua apropriação pela burguesia." (MICHELENA: 1977: 107).

Assim, observou-se que o crescimento dos Estados Unidos e, em escala mais reduzida, do Japão e da Europa, nos primeiros anos decorridos após o término da Segunda Grande Guerra, foi devido à gradativa internacionalização do capital. Esta internacionalização foi consequência da vultosa acumulação de capital induzida: pela opressão do movimento operário quando da ascensão nazi-fascista, seguida de sua derrota ante os social-democratas; pela Segunda Guerra Mundial (para os EUA) e pelo crescimento continuado das forças produtivas, em consequência da revolução técnico-científica.

A internacionalização da produção é uma expansão do caráter social da produção, necessária ao avanço do processo de acumulação de capital e de sua reprodução ampliada. A expansão do caráter social da produção resultou da ação de empresas transnacionais que concentraram cada vez mais o capital, vertical e horizontalmente. O processo de transnacionalização do capital não se limitou à esfera produtiva mas abrangeu todas as atividades econômicas, desde o processo de circulação de mercadorias até o financiamento. Uma das consequências mais evidentes foi o acúmulo de certas forças desestabilizadoras, especialmente, da inflação. (QUIJANO, s. d.: 9)

Outro efeito da contradição entre o crescente caráter social da pro-

dução, mediante a internacionalização do capital, e a sempre maior concentração de sua apropriação pela burguesia agindo através das companhias transnacionais, foi a intensificação da concorrência interimperialista.

Além dos aspectos acima mencionados cumpre ressaltar que o desenvolvimento desigual na zona de equilíbrio (Europa Ocidental) do bloco capitalista, comprometeu a unidade européia também ameaçada pela transnacionalização do capital. Há, na realidade, um desenvolvimento comparativamente menor dos países da Europa meridional se confrontados com os demais integrantes do ocidente europeu.

A aludida unidade está envolvida com vários problemas: o atraso da agricultura e de alguns setores industriais das nações sulinas em face das do Norte; o receio da França de que a Alemanha se torne uma grande potência européia; os conflitos que antagonizaram a Grécia e Turquia; as tendências esquerdistas do movimento das Forças Armadas Portuguesas aparentemente controladas; a hipótese de uma coalizão socialista-comunista chegar ao poder na França e na Itália e a situação política espanhola após a morte de Franco.

O desenrolar desses acontecimentos políticos na Europa meridional portanto têm relação com a natureza (menor) do desenvolvimento capitalista dos países que a compõem. Observa-se, claramente, que o Estado não logrou agir com eficácia, contendo a luta de classes em países com um longo passado ditatorial como a Espanha, Portugal e Grécia ou com uma história marcada pela atuação de poderosos partidos comunistas como é o caso da Itália e da França.

A unidade européia é ainda dificultada seriamente pelo aprofundamento gradativo da contradição entre o caráter nacional das políticas estatais e o caráter transnacional de suas economias. Assim, não foram raros os casos em que os governos europeus ou as corporações transnacionais agiram contrariamente ao que haviam acertado no âmbito da Comunidade Econômica Européia. Aproveitando-se das oportunidades oferecidas para negócios mais vantajosos acabaram mudando as suas operações de um país para outro, sem maiores considerações aos interesses nacionais.

Entretanto, o papel do Estado nas economias capitalistas desenvolvidas não pode ser ignorado uma vez que equacionou o problema da superacumulação, nessas economias, através do crescente aumento dos gastos públicos, da criação de economias de escala do estabelecimento da infra-estrutura industrial, do financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento, da redução das conseqüências negativas do desemprego sobre o consumo, mediante o pagamento do seguro social e da contenção das pressões trabalhistas.

Todavia, a crise do bloco capitalista não se ateve apenas à situação econômica. Também a rede de pactos e alianças começou a evidenciar a sua fragilidade e inoperância, em muitos casos.

De fato, observou-se, nos últimos anos, o êxito das guerras de libertação nacional, mesmo quando o confronto envolvia diretamente uma grande

potência, desde que tais guerras tivessem forte apoio popular e a ajuda militar de nações aliadas, sobretudo com posições geo-estratégicas favoráveis.

Constatou-se da mesma forma, que os pactos e alianças criados para a contenção de uma ameaça concreta, não lograram resultados positivos quando aplicados a situações ou momentos históricos diferentes. Pelo menos, foi o que ocorreu com a OTAN, ANZUS, OTSEA e OTCEN que só tiveram êxito quando era absoluto o poder hegemônico dos Estados Unidos, no âmbito do bloco capitalista, na confrontação com a esfera socialista.

Na presente conjuntura, embora ainda perdurem os aspectos formais da política militar do bloco ocidental, é indiscutível que ao lado deles, sejam desenvolvidas doutrinas militares inerentes a cada um dos países integrantes do referido bloco, evidentemente mais pertinentes às alternativas que possam vir a se apresentar àquelas nações num mundo policêntrico onde está emergindo um novo equilíbrio mundial. Isso não significa que não possa haver uma ação conjunta dos países do bloco ocidental em situações especiais.

Há, finalmente, um outro fator que, sem dúvida alguma, influirá no caráter dos novos pactos e alianças militares: o empenho para a criação de um novo sistema de segurança mundial, cuja idéia inicial partiu da URSS, em 1966. Os esforços desenvolvidos neste sentido, resultaram na Conferência de Segurança Européia, a qual teve lugar em Helsinque (julho de 1975), dela tendo participado 35 nações.

Os resultados mais expressivos da Conferência foram os seguintes: a ratificação das atuais fronteiras européias, com a possibilidade de mudanças pacíficas das mesmas; a maior liberdade de pessoas entre o Leste e o Oeste; a notificação prévia de manobras militares e o reconhecimento do *status* de nação mais favorecida aos países do Leste em troca de um mais amplo acesso aos seus mercados.

Vale salientar, à guisa de conclusão, que na periferia do sistema (isto é, dos dois grandes blocos), a defesa nacional atentará para possíveis guerras desencadeadas por questões de fronteiras. Aliás esse tipo de conflito já é perfeitamente constatável na África, Ásia, América Latina e Oriente Médio.

A PERIFERIA CAPITALISTA

Na transformação que vem ocorrendo nos países periféricos, vários aspectos devem ser considerados: a intensidade da transnacionalização de suas economias; o advento de novas potências econômicas capitalistas, com a conseqüente escalada da concorrência interimperialista; a expansão da influência dos países socialistas e o contexto geopolítico de cada uma dessas nações periféricas.

A internacionalização dos mercados internos, acarretada pela crescente expansão das grandes corporações transnacionais, acabou contribuindo para a heterogeneidade estrutural dos países periféricos capitalistas. De fato, hoje em dia, reconhecem-se as seguintes formas de acumulação; pré-capitalista, acumulação primitiva, a forma burguesa de acumulação, com a expansão

imperialista e o aparecimento do capital monopolista e a forma de acumulação transnacional, que ainda está nos seus primeiros estágios.

Cumpra salientar, todavia, que na maioria dos países subdesenvolvidos, combinam-se as diferentes formas de acumulação anteriormente ressaltadas. Assim, essa característica se reveste de tal relevo que a estrutura das economias subdesenvolvidas pode ser melhor representada mediante setores definidos de acordo com as diversas relações de produção prevalentes.

Além disso, os efeitos da transnacionalização sobre as formações sociais periféricas variam, conforme o grau a que tenha chegado tal processo, segundo os fatores sócio-históricos particulares de cada formação social e a conjuntura específica que o processo esteja atravessando.

Portanto, num mundo política e economicamente multipolarizado, dominado pela política de poder das grandes potências, as formações sociais periféricas só podem ser devidamente avaliadas no âmbito dos contextos geopolíticos a que pertencem.

O contexto geopolítico asiático apresenta grande complexidade não só em virtude dos efeitos do processo de transnacionalização, mas também pela posição privilegiada das duas superpotências na área. Assim, no caso de um conflito local, USA e URSS terão condições de colaborar militarmente desde que tais movimentos sociais contribuam para a manutenção ou expansão de suas zonas de influência na região.

Por outro lado, atualmente, não pode ser ignorada a presença da China tendo em vista a sua crescente influência.

O Japão, por sua vez, tende a desempenhar um papel político mais expressivo, na área em questão, para garantir a expansão dos seus interesses econômicos, assegurar para si fontes alternativas de matérias-primas, sobretudo petróleo e compensar de certa forma a ausência norte-americana após a derrota destes no Vietnã.

Os Estados Unidos, aliás, após essa derrota estão dispostos a manter sua influência sobre a Tailândia, Birmânia, Malásia, Singapura, Filipinas, Coreia do Sul, Indonésia, Paquistão, Formosa e Hong-Kong, bem como sobre os demais países neocoloniais e subdesenvolvidos da Ásia.

A União Soviética tentará aumentar a sua influência na Índia, Bangladeshi, Laos, Birmânia, Camboja, Vietnã do Norte e do Sul e Sri Lanka. Também se esforçaram para atrair para a sua órbita, os movimentos revolucionários da Tailândia, das Filipinas e da Indonésia.

A China procurará evitar que isso aconteça e disputará ferrenhamente com a URSS as áreas que abrangem os dois Vietnãs, Camboja, Laos, Tailândia, Birmânia e Sri Lanka. Fará, também, o possível para aumentar a sua influência no Paquistão, na Malásia, em Singapura, nas Filipinas e na Indonésia.

Essa multiplicidade de fontes de influência de poder envolvendo a Ásia poderá levar, no caso de novos conflitos, a inesperadas alianças entre países pertencentes a campos diferentes. Entretanto, tais coalizões, em virtude do seu caráter contraditório, estarão fadadas à curta estabilidade ou rápida extinção. Por exemplo, por ocasião do conflito indo-paquistanês a URSS apoiou a Índia, enquanto a China e os EUA auxiliaram o Paquistão.

Portanto, a Ásia parece ser a região onde começa a se delinear a nova ordem mundial: uma nova divisão do trabalho, a nível internacional entre a esfera capitalista e socialista e entre o bloco econômico capitalista (USA, Comunidade Econômica Européia e Japão), o bloco soviético e o possível bloco chinês. (MICHELENA, 1977: 139).

No contexto geopolítico do Oriente Médio e da África do Norte dois fatos se sobressaem: o conflito árabe-israelense e a questão do petróleo. Logo após o término da Segunda Grande Guerra o capital norte-americano deslocou o britânico, no Oriente Médio, assumindo o controle das principais companhias petrolíferas da região. A URSS também tentou aumentar a sua influência nesta área. O Oriente Médio, portanto, foi alvo de um longo processo em que as duas superpotências, aproveitando-se dos conflitos regionais para aumentar sua influência, trataram, por outro lado, de impedir que as antigas potências colonialistas voltassem a lograr uma posição de relevo na zona.

O continente africano, por seu turno, após o segundo conflito mundial foi palco de vários movimentos anticolonialistas que acabaram, na maior parte das regiões continentais, com o domínio colonial europeu. Todavia, nos últimos vinte anos, a Europa procurou consolidar novos vínculos de dependência com as antigas colônias. Estabeleceu-se, portanto, uma aliança entre a burguesia dos países imperialistas, as classes hegemônicas locais e o Estado. Tal aliança efetiva mediante a penetração econômica das corporações monopolistas estrangeiras, com o conseqüente domínio dos setores-chaves das economias nacionais. Tem-se, assim, o chamado relacionamento neocolonial da dependência. Neste contexto, o papel do Estado tem sido, sem dúvida, importante na economia e na sociedade africanas, talvez porque na maioria dos países esteja começando o processo de industrialização num momento em que a tendência mundial dominante do capitalismo é a forma transnacional de acumulação.

Tudo indica que o "socialismo africano", na expressiva maioria dos países africanos, carece de qualquer conotação revolucionária ou mesmo social-democrática, tornando-se na realidade, numa ideologia reacionária que mascara a exploração estrangeira, a desigualdade crescente e a corrupção administrativa.

Observa-se a influência crescente do capital norte-americano na África, que ainda é considerada econômica e culturalmente uma zona de influência da Europa. A URSS, nesta década, tem procurado aumentar a sua influência na região. A sua presença militar é constatada em Uganda, além dos assessores militares que mantém na Argélia, Líbia, Mali, Sudão, Nigéria e Moçambique.

A PERIFERIA CAPITALISTA: AMÉRICA LATINA

A análise, ainda que demasiado geral, da confrontação das superpotências no contexto geopolítico asiático, no Oriente Médio, África do Norte e na África Negra, colocou em evidência o advento de uma nova ordem mundial que, ainda, apenas se delinea.

Nessa conjuntura, os Estados Unidos, em virtude das contradições fundamentais que acarretaram a crise mundial das economias capitalistas mais evoluídas e da intensificação da concorrência interimperialista, foram alvo de fortes pressões econômicas. Assim, para aliviar as pressões políticas e melhor equacionar os problemas de natureza econômica, a chamada *détente* com a URSS e a aproximação com a China Comunista constituíram-se nas soluções mais viáveis para os EUA.

Em face das dificuldades já ressaltadas não seria de se estranhar que os Estados Unidos estivessem empenhados na salvaguarda da sua hegemonia quase absoluta na América Latina.

Entretanto, visando manter uma sólida posição hegemônica no conjunto latino-americano, os Estados Unidos se defrontaram com vários obstáculos.

Numa perspectiva histórica, vários países da América do Sul tais como o Brasil, Argentina, Peru e México, lutaram pela emancipação política que poderia ser atingida mediante a realização da emancipação econômica.

Semelhante pretensão facilitou o aparecimento de governos populistas cujo grande objetivo foi aumentar a autonomia nacional, no que concerne à tomada de decisões na esfera econômica e o conseqüente incremento da ação estatal em favor de um capitalismo nacional.

Portanto, o nacionalismo econômico e a política externa independente, que em momentos históricos diferentes foram as grandes metas nacionais dos países latino-americanos, acabaram interferindo desfavoravelmente na preservação da hegemonia norte-americana na América Latina.

O forte nacionalismo, sobretudo das pequenas nações, levou à formação de blocos ant imperialistas entre os quais o Pacto Andino poderia ser considerado exemplo expressivo. O objetivo do bloco é a defesa das economias nacionais do Peru, Equador, Colômbia, Chile (saiu em 1976) e Bolívia no que tange à penetração não controlada da tecnologia e do capital estrangeiro. Assim, esses países têm dupla frente de luta: o imperialismo norte-americano e as vantagens obtidas pelas empresas nacionais e internacionais (ligadas aos EUA) radicadas no Brasil, México e Argentina, que sempre logram melhores posições no contexto da ALALC.

As pretensões hegemônicas dos chamados "países grandes" da América Latina em relação aos demais do continente, além do propósito dos mesmos de influírem, destacadamente, nas decisões de problemas interamericanos, têm dificultado a supremacia dos Estados Unidos na América Latina.

Cumprе ressaltar ainda a presença da República Socialista de Cuba, no contexto latino-americano, fato que acrescenta dados novos sobremodo complexos, para a hegemonia norte-americana. Essa realidade mostrou ser viável o socialismo ao lado da civilização ocidental vigente no hemisfério bem como a transição para o socialismo de conotação revolucionária.

Assim, em face de semelhante conjuntura, os Estados Unidos perceberam ser mais adequada a manutenção da sua hegemonia na América Latina através de meios indiretos, em virtude de dois motivos: a) a intervenção direta dos norte-americanos nos países periféricos suscitou severas críticas

por parte do Congresso e de círculos influentes dos Estados Unidos; b) a gradual transnacionalização das economias dos países latino-americanos facultou aos Estados Unidos um novo e persuasivo meio de influir neles.

Com o advento da "Aliança para o Progresso", criada em 1961, com o intuito de realizar o programa contido na "Carta de Punta Del Este", estabeleceu-se na América Latina a diplomacia preconizada pelo presidente John F. Kennedy, a partir da qual foram organizados os corpos de paz, bem como os programas nacionais e continentais de luta contra a "subversão interna".

A carta e a Aliança lograram êxito se encaradas como elementos de uma operação de nítida tendência contra-revolucionária e, na medida em que atuaram contra qualquer reforma social, política ou econômica que pudesse colocar em risco as estruturas de poder existentes.

Percebeu-se que, através delas foi possível aos governantes latino-americanos ampliar a ação do Estado e aperfeiçoar o aparato coercitivo. Além disso, sob a alegação de que era fundamental a modernização das forças de segurança, intensificaram-se os programas de militarização do poder político na América Latina. Assistia-se, na verdade, através da Aliança para o Progresso, ao alargamento de uma nova fronteira para atender à expansão do capitalismo estadunidense nos países latino-americanos.

Vale ressaltar ainda que as burguesias locais latino-americanas, perfeitamente entrosadas com a poderosa burguesia estadunidense, acabaram por realizar o "trabalho" anteriormente levado a efeito pela superpotência do bloco ocidental na América Latina. Isso significa que os Estados Unidos utilizarão, quando for politicamente necessário, o novo caráter do sistema de domínio econômico, de maneira a servir aos interesses das corporações, camuflando, assim, a sua hegemonia de movimentos nacionalistas e antimperialistas que venham a florescer entre os latino-americanos. Essa é, portanto, a chamada "política do aliado preferencial".

A aludida política, sobretudo no que concerne ao Brasil, Argentina e México, não deixa de ser um eficaz veículo de manipulação visando o acirramento da competição entre os três países quanto à capacidade de cada um em criar condições mais vantajosas ao investimento estrangeiro. Tal política, tende a preservar a supremacia dos Estados Unidos em face daqueles países, uma vez que os norte-americanos, em troca das facilidades proporcionadas à aplicação do seu capital nesses países, concedem às classes hegemônicas, que neles ocupam o poder, total apoio.

Todavia, em virtude da desigual distribuição do excedente gerado localmente, entre os diversos grupos, surgem problemas envolvendo as classes hegemônicas dos países "preferidos" e certos setores da burguesia norte-americana. Nessa luta, o Estado dificilmente dispõe dos elementos necessários para assegurar os interesses de todos os grupos que estão no poder. Assim sendo, não raro, vê-se envolvido pelas divergências existentes entre a burguesia transnacionalizada e os grupos econômicos de âmbito nacional.

Nesse contexto, os Estados Unidos vêm atuando, ao nível político

militar, no sentido de manter a sua hegemonia sobre a América Latina. Essa atuação tem-se verificado no campo diplomático e político através da Organização dos Estados Americanos e da Junta Interamericana de Defesa, entre outros. Como exemplos de ações desenvolvidas através desses órgãos poderiam ser lembrados o bloqueio econômico a Cuba e a intervenção militar norte-americana na República Dominicana.

Outras agências governamentais norte-americanas e as organizações multilaterais interamericanas e mundiais, têm sido eficazes instrumentos de atuação nos assuntos econômicos, políticos, militares e culturais de caráter interno, dos países latino-americanos.

Assim sendo, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) são organizações multilaterais servindo, em muitos casos, aos interesses transnacionais das empresas estadunidenses.

Ao lado da atuação das organizações multilaterais, contrária, frequentemente aos reais interesses da América Latina, há ainda a salientar a denominada doutrina da "associação madura" cujos objetivos principais eram: a luta contra a "subversão" externa e interna e a favor da "empresa privada". (IANNI, 1973: 76-85)

Conclui-se que a associação entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas é uma associação desigual entre desiguais. Não é de se estranhar, portanto, a "diplomacia do aliado preferencial" conforme veremos adiante, com o México, Brasil e Argentina. A referida diplomacia aliada à diplomacia da "associação madura" possibilita a delegação de responsabilidades econômicas, políticas e militares, aos citados países, salvaguardando assim, de maiores desgastes, a imagem dos Estados Unidos no mundo latino-americano.

Além disso, no terreno militar houve especial empenho em estabelecer uma teoria de guerra "anti-subversiva", com o visível intuito de defender os interesses metropolitanos.

Ao lado dessas iniciativas, outras foram claramente constatadas: o apoio dos Estados Unidos ao propósito evidente do atual governo brasileiro de converter o Brasil numa subpotência latino-americana; a utilização das corporações norte-americanas como instrumentos de intervenção nas políticas locais; o uso de organismos creditícios, estadunidenses ou internacionais, como armas econômicas e a militância de organizações e grupos locais na "desestabilização" dos governos que se afastam da linha norte-americana, como foi o caso do Chile, ao tempo de Salvador Allende.

Ao lado das políticas do "aliado preferencial", da desestabilização e da intervenção direta cumpre lembrar a possibilidade de reativação, em circunstâncias determinadas, de velhas rivalidades entre os países vizinhos da América Latina; à guisa de exemplo poder-se-ia recordar a rivalidade brasileiro-argentina. Esses países, por várias vezes, no decurso da história, pretenderam consolidar a sua autonomia através da formação de blocos respectivos que abrangeriam os países do chamado cone sul: Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

A estruturação dos citados blocos, que tinham como grande meta a "emancipação econômica" dos países em questão, teve lugar no período correspondente ao início da substituição das exportações, sob os governos populistas de Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina.

Numa etapa posterior, o caráter transnacional das economias latino-americanas exigiu uma redefinição do espaço econômico para que as grandes corporações pudessem operar com eficiência e êxito. Todavia, constatou-se que a atuação das empresas transnacionais, afetaria as operações dos organismos regionais de integração e a própria expansão econômica dos países mais transnacionalizados, através do incremento de novas linhas de exportação.

Nesse contexto, a influência do Brasil sobre os países integrantes do cone sul foi bem mais evidente do que a da Argentina. Talvez isso tenha ocorrido em virtude da maior afinidade político-ideológica entre o Brasil e os demais países e pelo longo período crítico atravessado pela Argentina no decurso da última década.

Atualmente, o objetivo primordial dos Estados Unidos reside em evitar, a todo custo, a formação de blocos sub-regionais que possam comprometer a hegemonia norte-americana, suscitando dificuldades para a superpotência desenvolver a diplomacia bilateral ou dando alento a movimentos nacionalistas mais extremados.

Todavia, apesar dos problemas expostos, constata-se a existência de movimentos reintegradores nacionais, alguns deles propícios a uma nova solidariedade latino-americana. Assim, a tentativa de fortalecer o Pacto Andino, o esforço dispendido visando a uma maior unidade dos países da América Central, o empenho na promoção de um novo Sistema Latino Americano e a solidariedade hipotecada ao Panamá, pelas nações da América Latina, quanto ao propósito daquele país em renegociar o Tratado do Canal de Panamá, podem ser consideradas como evidências de uma postura nacionalista latino-americana.

A crise política atravessada pelos Estados Unidos em face de acontecimentos como: Watergate, o descrédito no qual foram envolvidas a CIA e o FBI, os problemas entre o Congresso e o Executivo norte-americano e a descoberta dos subornos e das atividades políticas das corporações transnacionais, sobretudo fora do território estadunidense, comprometeu, sem dúvida alguma, as possibilidades de maior intervenção dos Estados Unidos, na América Latina. Isto não significa, todavia, que o empenho norte-americano em prol da manutenção da sua hegemonia na América Latina tenha diminuído e, muito menos, a escalada da transnacionalização das economias dos países latino-americanos. Essa situação dificulta, é claro, os objetivos dos movimentos nacionalistas da América Centro-Meridional que, por certo, não devem ser menosprezados, principalmente porque a aludida transnacionalização das economias de tais países está levando seus governos a posturas autoritárias e antipopulares. Como se não bastasse o desemprego, a marginalização e a má distribuição da renda têm atingido sobretudo os menos afortunados, nessas nações. Assim, em face dessa realidade tão pouco alentadora

não está totalmente descartada a eclosão de conflitos e novos surtos de nacionalismos expressivos. (LATIN AMERICA, 1974).

O BLOCO ORIENTAL: PROCESSO DE FORMAÇÃO

Em 1917, a economia da Rússia era dependente e heterogênea.

No que tange ao caráter heterogêneo, cumpre lembrar que a economia lograra alcançar um grau relativo de desenvolvimento capitalista na indústria, apesar de que em outros setores econômicos prevaleciam relações de produção não-capitalistas.

No que concerne à dependência, o seu real significado consubstanciava-se no seguinte: o circuito de acumulação capitalista só se completava nos países desenvolvidos da Europa, tendo em vista o baixo nível de desenvolvimento do setor produtor de bens de produção.

O governo revolucionário, em face dessa situação, estabeleceu uma política dualista, isto é, capitalista para a agricultura e socialista para a indústria.

Portanto, no setor industrial, constatou-se o controle efetivo pelo Estado, da propriedade e da produção, com o conseqüente estímulo do processo de acumulação coletivista. Em contrapartida, no setor agrícola, a produção era gerada em pequenas e médias propriedades privadas, acarretando o aparecimento de uma classe de camponeses ricos. Com isso, verificou-se a contradição entre a política industrial e a agrária.

No setor industrial, por essa época, a mão-de-obra, além de experiência política reduzida, era oriunda da zona rural, tendo pois, pouca consciência socialista. Por esse motivo, o Partido assumiu, desde o início, a direção e a administração do processo industrial sem apoiar-se no operariado.

O caráter centralista-burocrático do czarismo talvez tenha facilitado a evolução da tendência centralizadora por parte do Estado e a concentração das principais tarefas de organização social num só organismo. Dessa forma, a burocracia apareceu desde o início do regime socialista apesar do governo revolucionário ter enfatizado a participação operária.

O desenvolvimento das medidas que visavam a essa maior participação operária foi interrompido com a eclosão da Guerra Civil. Para fazer face ao conflito novas resoluções foram adotadas, contribuindo para acentuar a tendência à centralização e à concentração das funções do Estado, ao mesmo tempo em que se ampliava o aparato coercitivo do Governo.

Terminada a Guerra Civil foi estabelecida a Nova Política Econômica que levou a uma maior "kulakização" da agricultura e à proliferação de empresários privados nas cidades. Isso acarretou um aprofundamento da contradição entre a indústria e a agricultura, em virtude da utilização dos recursos existentes para o financiamento das indústrias estatais. (BARNETT, 1970: 37)

A crise agrícola que a URSS atravessou em 1928, culminando com a

greve dos "kulaks" que pretendiam impedir o abastecimento das cidades determinou a substituição da Nova Política Econômica por uma nova política cujo objetivo principal era a eliminação da contradição entre o desenvolvimento capitalista da agricultura e o caráter socialista da indústria. Assim, o governo intensificou a acumulação forçada na indústria e coletivizou a agricultura pela criação de colcoses e sovkoses.

Entretanto, semelhante política contou com a franca oposição dos camponeses proprietários que tinham enriquecido no período da NEP. Com isso, o governo não teve outra alternativa senão impor a política coletivista através do emprego da força. Ao mesmo tempo em que se implantava uma nova e radical reforma no campo da economia, outras mudanças eram atestadas na esfera política, quais sejam, a eliminação dos setores sociais contrários à coletivização e a supressão da luta de tendência e diferenciação de opiniões no seio do partido.

Com o advento dos planos quinquenais foi definitivamente eliminada a contradição anteriormente ressaltada, surgindo as bases econômicas e institucionais do sistema soviético atual. Constituiu-se, portanto, uma elite com poderes quase absolutos chegando, inclusive, a utilizá-los para perpetuar-se no governo. Essa elite burocrática identificou os interesses gerais do proletariado com os seus próprios interesses, impondo à força o modelo coletivista burocrático à sociedade soviética.

Tendo fracassado a internacionalização da revolução, não houve para a URSS outra alternativa senão assumir a construção do Socialismo. Além disso, a URSS teve que enfrentar outras realidades: a necessidade de fortalecer militarmente o Estado para fazer face às ameaças originadas nos países capitalistas e o incremento à expansão das indústrias pesadas, sobretudo das indústrias bélicas. Assim, em pouco tempo a URSS logrou um poderio militar similar ao das potências capitalistas, o que determinou alterações na política externa soviética.

Para sobreviver num mundo capitalista que lhe era hostil, a URSS procurou manter-se à margem dos conflitos interimperialistas tendo, para isso, assinado vários Tratados de não-agressão. Percebendo a necessidade de dominar a Europa bacânica, com o objetivo de assegurar essa parte do continente como sua zona de influência, não relutou em estabelecer conversações e assinar pactos com as potências capitalistas.

Portanto, para garantir a sua própria segurança, a URSS orientou a sua política internacional visando a consecução de duplo objetivo: o não-envolvimento nos conflitos interimperialistas e a obtenção (para a URSS) de zonas de influência, nas áreas mais estratégicas.

Vale ressaltar ainda que, as condições internacionais em que estava sendo erigida a sociedade socialista, levaram a URSS a adotar o comportamento de grande potência, o que veio a determinar uma mudança de objetivos nas suas relações com os partidos comunistas do mundo.

Com a vitória da Revolução Russa, os soviéticos fundaram a Internacional Comunista cujo objetivo inicial era a expansão da revolução socialista

para outras regiões do globo. Todavia, a internacionalização do movimento não tendo logrado o êxito esperado, e a necessidade de construir o socialismo num só País (URSS), levaram os soviéticos a reformular a estratégia da Internacional Comunista.

De acordo com as novas concepções, no caso da URSS ser objeto de agressão por parte de uma nação imperialista, o movimento revolucionário soviético não deveria poupar esforços no sentido de atingir uma vitória total sobre os inimigos. Todavia, o empenho maior da URSS deveria ser pela manutenção da paz, no mundo. Essa luta em prol da paz, se constatada pelos demais povos, poderia levá-los a encarar favoravelmente a URSS e, conseqüentemente, condenar o imperialismo como um todo. Além disso, essa paz, na medida em que perdurasse daria condições para que a URSS aprimorasse seu poderio econômico e militar.

Portanto, a mudança de concepção da Internacional Comunista é muito elucidativa para explicar o comportamento da URSS, a nível de grande potência, por dupla razão: a existência da Internacional Comunista facultou a expansão do fenômeno burocrático, no mundo, dando margem a que os partidos comunistas se tornassem zonas de influência potencial; a institucionalização da ideologia, visando ao socialismo num só país, através da Internacional Comunista, acabou criando condições para a formulação de sólida base programática, a partir da qual, pôde a URSS persuadir os partidos comunistas vinculados à Internacional Comunista a submeterem os seus interesses políticos nacionais às necessidades e objetivos gerais da política internacional soviética. (KRIEGEL, 1970: 106-107).

Ainda no que concerne à formação do Estado Socialista (URSS), é digna de menção a transformação, na prática, da famosa teoria de autodeterminação dos povos.

O "Direito à Autodeterminação dos Povos", solidamente respaldado em tese da qual Stalin participou intensamente, foi, no decurso da VII Conferência do Partido Bolchevique (abril de 1917) reivindicado para todas as nações que constituíam a Rússia. Reconheceu-se-lhes portanto, o direito de separação e de transformação em Estados independentes.

Aconteceu, porém, que na Finlândia, país que conseguira a sua independência a partir do referido "Direito", não se logrou erigir um Estado socialista. Isso levou os soviéticos a ponderarem que a concessão da liberdade não era o bastante para que as forças revolucionárias dos países dependentes do antigo império czarista assumissem o poder. Novos conflitos, entre os quais o da Ucrânia, determinaram a revisão dos princípios de autodeterminação dos povos, o que aliás se efetivou no Congresso dos Sovietes, em janeiro de 1918.

Conforme a modificação levada a efeito, a tese só seria passível de aplicação na medida em que a autodeterminação servisse "aos interesses do proletariado do país em questão". Fundamentada nessa concepção, a URSS posteriormente justificou as suas intervenções na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968.

Com isso foi possível concluir que uma tese, a princípio de conteúdo inegavelmente renovador, acabou perdendo o seu grande significado inicial tendo em vista a necessidade da URSS assumir um comportamento de grande potência em face do imperialismo que a ameaçava. (MICHELENA, 1977: 202-203).

O BLOCO SOCIALISTA

O bloco soviético se formou, sobretudo, a partir da Segunda Grande Guerra.

Inicialmente, começada a guerra, a URSS procurou manter-se à margem do conflito. Todavia, com a invasão do seu território pelos alemães não teve outra alternativa senão aderir à Grande Aliança e conseqüentemente integrar-se na luta. Portanto, além da atuação do Exército Vermelho nos campos de batalha, a URSS, com o intuito de ampliar sensivelmente a sua esfera de influência e em particular na Europa Ocidental, procurou o apoio dos partidos comunistas locais.

Assim, se, por um lado, os PCs locais mantiveram estreito vínculo com a URSS, por outro, não significava que partilhassem os objetivos estratégicos da URSS, uma vez que estavam muito mais envolvidos com os movimentos de resistência existentes nos seus respectivos países.

Nota-se que, enquanto a URSS estava empenhada no estabelecimento da sua zona de influência, os PCs dos países europeus inclinados a mudanças favoráveis à implantação do Socialismo buscavam a adequação das suas políticas com o intuito de atingirem objetivos conforme as suas nacionalidades específicas.

Cumpre observar ainda que sendo a URSS integrante da Grande Aliança, era do seu particular interesse influir nos movimentos de resistência a fim de que a evolução dos mesmos não gerasse conflitos entre os aliados. Aliás, no decurso da Segunda Grande Guerra, essa orientação foi aceita pelos movimentos de resistência, porquanto, a derrota do nazi-fascismo e do imperialismo japonês se constituíam nos magnos objetivos a serem alcançados, transcendendo, como não poderia deixar de ser, a esfera das nacionalidades.

Todavia, terminada a Segunda Grande Guerra, começaram a surgir divergências entre os soviéticos e alguns líderes de movimentos comunistas de resistência. O cerne de tais conflitos estava lastreado na gradual contradição entre os interesses gerais da URSS e os objetivos particulares dos movimentos de resistência.

Constata-se pois, claramente, que presidiram à formação do bloco soviético forças de coesão e de desintegração. Entre as forças de coesão valeria a pena salientar as seguintes: o reconhecimento da URSS como *leader* do movimento socialista; a ligação entre a elite burocrática soviética e as burocracias dos partidos comunistas nacionais; o perigo capitalista consubstanciado na Guerra Fria, e a expansão do campo socialista. Quanto às forças de

desintegração, estas corresponderam aos conflitos que envolveram os movimentos revolucionários, muito mais interessados na salvaguarda das suas respectivas autonomias.

Entretanto, para a melhor compreensão da dinâmica da formação do bloco socialista não é suficiente a análise das tensões entre os PCs nacionais e a liderança soviética. Na verdade, a redução da autonomia dos PCs de outros países, em face de pressões exercidas pela URSS, quanto à possibilidade dos mesmos formularem os seus respectivos programas nacionais, é um importante aspecto que não pode ser ignorado.

A intensidade da intervenção soviética dependia, portanto, da posição geopolítica do país em relação à URSS e ao bloco capitalista. Se a importância geopolítica de uma nação resultasse em alterações no que fora estipulado entre os dois blocos, no caso dela aderir a um outro bloco, isso poderia acarretar graves problemas entre capitalistas e socialistas. Assim, estava delineado o objetivo primordial das duas grandes potências: evitar que um conflito de proporções, na eventualidade acima ressaltada, transformasse a guerra fria num confronto real de conseqüências imprevisíveis.

IUGOSLÁVIA

Numa fase anterior à Segunda Grande Guerra, o partido comunista iugoslavo, ainda restrito, mantinha um bom relacionamento com os soviéticos. Essa situação, todavia, evoluiu gradativamente durante o grande conflito, ocasião em que o PC iugoslavo logrou um acentuado desenvolvimento, o que possibilitou, sem dúvida, o significativo aumento da sua autonomia. Assim, passou o PC iugoslavo a contar com plenas condições para elaborar a política nacional, resistindo veementemente às pressões da URSS.

Entretanto, na luta de resistência estavam empenhados o movimento comunista que tinha por objetivo a tomada do poder, e o movimento *Tchetniks* que pretendia garantir a permanência do antigo regime. A bandeira de luta do PC iugoslavo suscitou grande inquietação por parte da URSS cuja meta era a manutenção do equilíbrio entre as facções nacionais em conflito procurando, assim, evitar atritos com as nações aliadas que, por sua vez, visavam ao estabelecimento de um acordo entre as duas partes antagônicas.

Os problemas entre o PCI e a URSS não se atinham apenas ao equilíbrio interno do poder na Iugoslávia, mas se reportavam também a diferenças quanto ao pensamento dos comunistas iugoslavos sobre o seu país, constituído por várias nações, e a concepção soviética a respeito da Iugoslávia e outros países vizinhos. De conformidade com as pretensões da URSS, após a guerra, a Iugoslávia deveria formar uma confederação com a Bulgária, com a anexação da Albânia.

Nesse clima de divergências continuaram as lutas internas pela tomada do poder na Iugoslávia até a convocação de eleições em novembro de 1945,

quando os candidatos da Frente Popular de Libertação (comunista) lograram esmagadora vitória.

Os soviéticos aceitaram os resultados das urnas iugoslavas e deram início, com os vitoriosos, a um programa de colaboração inter-socialista.

O programa de colaboração mútua refletiu, em primeiro lugar, a condição da Iugoslávia como integrante da zona de influência soviética e, em segundo, a continuação das contradições entre o PCI e a grande potência, sobretudo no momento da aplicação do referido programa.

A pretensa intromissão da URSS no programa em questões de relevância da nação iugoslava tais como: informação, organização militar, estrutura da polícia e assuntos econômicos, provocou uma cisão no PCI. Formou-se uma facção nacionalista que partilhava da desconfiança reinante em relação aos soviéticos e outra facção pró-soviética, liderada pelo presidente da Comissão do Plano e pelo Chefe do Estado-maior.

Esse antagonismo teve lugar exatamente num momento em que a URSS precisava da Iugoslávia para consolidar o seu bloco em formação e esta necessitava da grande potência para realizar o seu plano quinquenal.

A contradição degenerou em conflito quando a URSS pretendeu formar a federação búlgaro-iugoslava, a qual foi rejeitada pelo Comitê Central do PCI em março de 1948. Em represália, a URSS retirou os seus assessores econômicos e militares sediados na Iugoslávia e fez graves acusações ao marechal Tito quanto à sua maneira de dirigir o Estado socialista iugoslavo. A resposta de Tito foi anular completamente a facção pró-soviética do PCI. Em seguida, os partidos do Kominform liderados pela URSS condenaram os comunistas iugoslavos e estabeleceram um bloqueio econômico contra o país rebelde. Ocorreu então a ruptura.

CHINA

No período compreendido entre 1921 e 1927, a Internacional Comunista empenhou-se junto à organização revolucionária chinesa no sentido de convencê-la a participar de uma frente política com o que Kuomintang dirigido por Sun Yat Sen, para unificar a China.

Todavia, as desinteligências começaram a surgir em virtude da URSS ter sustentado que a China não estava preparada para o Socialismo. Isso ocorreu já no período em que a Grande Potência se conscientizara da necessidade de erigir o comunismo num só país. (PELLICHER, 1963: 241).

Os antagonismos se acentuaram quando Chiang Kai Chek passou a dirigir o Kuomintang, decidindo não poupar esforços para anular a influência do partido comunista chinês sobre a aludida organização. A situação tornou-se crítica por ocasião da tomada de Shanghai por Chiang Kai Chek e o conseqüente massacre das forças comunistas. Esses fatos determinaram uma mudança na política da Internacional que, por instruções de Stalin, recomendou a insurreição. Todavia o partido Comunista Chinês recém-saído de uma aliança com o Kuomintang e tendo pouca experiência da prática insurrecional

foi, pela segunda vez, totalmente aniquilado. Outras lutas tiveram lugar entre o PCC e o Kuomintang até 1937, ocasião em que o Japão invadiu a China, acarretando mudanças políticas.

O conflito sino-japonês levou o PCC a uma nova aliança com o Kuomintang mediante a qual ficou estipulado que a chefia da luta contra o Japão seria confiada a Chiang Kai Chek. A referida aliança perdurou até o término da Segunda Grande Guerra, em 1945. Durante esse período, a prioridade da luta antijaponesa, os problemas da própria aliança com Chiang Kai Chek e a pressão soviética no sentido do *leader* chinês canalizar a luta contra o Japão, fizeram com que os comunistas chineses, evidentemente insatisfeitos com a situação reinante, não chegassem a um rompimento com o chefe do Kuomintang.

Após 1945, entretanto, o Partido Comunista Chinês reformulou a sua política que tinha por objetivo primordial a tomada do poder, na China. O propósito do PCC chocava-se radicalmente com o acordo firmado entre Stalin e Roosevelt, em Yalta. O sucesso do acordo dependia da permanência de Chiang Kai Chek no poder, na China. (SHERWOOD, 1950: 449). A complexidade da situação se acentuou, tendo em vista o desejo dos Estados Unidos de que a reunificação da China se consumasse sob a direção de Chiang Kai Chek. Nessa pretensão, os norte-americanos lograram o apoio da URSS. Assim, através de um tratado assinado entre a China e URSS, em agosto de 1945, ficou oficialmente reconhecido pelos soviéticos o governo de Chiang Kai Chek como o governo central da China.

Os comunistas chineses, entretanto, ignoraram o Tratado bem como os interesses soviéticos e norte-americanos, romperam com Chiang Kai Chek e partiram para uma luta até lograrem a vitória em 1948.

Com a vitória da China, a URSS novamente mudou a sua política em relação a esse país, passando a auxiliá-lo sobretudo do ponto de vista econômico. A China, todavia, esforçou-se por manter, na medida do possível, a sua autonomia no caminho para o Socialismo conseguindo, após certo tempo definir um modelo econômico muito diferente do soviético. (GRAY, 1972: 491-510). Na política exterior a orientação chinesa também foi autônoma, visando sempre os interesses nacionais da China que se resumiam na defesa do país contra a usurpação das grandes potências, das quais, aliás, foi alvo no decurso de mais de um século.

Pelo visto compreendem-se as razões que motivaram a intensificação das divergências sino-soviéticas, culminando com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1960.

Na verdade, a URSS teve sempre como meta fundamental a salvaguarda dos seus interesses: garantir a neutralidade chinesa, obter territórios chaves para si (Mongólia); cumprir rigorosamente os acordos de Yalta e não permitir que a China se transformasse numa grande potência.

Em contrapartida, os interesses chineses se resumiam no reconhecimento diplomático do país e no estabelecimento de relações comerciais com outras nações.

GRÉCIA

A guerra civil grega é um caso bastante ilustrativo da política dos blocos de poder.

A Frente de Libertação Nacional da Grécia, sob a direção do partido comunista daquele país promoveu um levante logo dominado pelos ingleses. Entretanto, o PCG lograra atingir a meta de há muito perseguida: uma maior abertura do governo, comportando inclusive a admissão de um liberal, Georges Papandreu para dirigi-lo. Formou-se também um governo no exílio, do qual participava a Frente de Libertação Nacional. Ao lado desses acontecimentos cumpre salientar que com a retirada dos alemães, em 1944, os guerrilheiros gregos não hesitaram em ampliar o seu domínio em vários pontos do país, o que provocou nova intervenção britânica com o conseqüente esmagamento dos revolucionários gregos.

Após a derrota da Frente de Libertação começou a imperar no país uma forte repressão e um gradual agravamento dos problemas econômicos e sociais. (SMITH, 1949: 234-235).

A caótica situação grega contribuiu sobremaneira para a eclosão da nova revolta do povo grego liderada pela Frente de Libertação Nacional que, na ocasião, contava com uma facção armada conhecida pela sigla ELAS.

Nos primeiros tempos, o movimento revolucionário (ELAS) usando a tática de guerrilhas conseguiu controlar a região montanhosa da Grécia. Contava, além disso, naquela oportunidade, com o apoio da Iugoslávia, Bulgária e Albânia. Todavia, o abandono da tática de guerrilha, pela guerra convencional por parte dos revolucionários e a suspensão da ajuda dos três países referidos, ou por problemas internos ou em virtude da pressão da União Soviética, levou o movimento de libertação nacional ao fracasso em 1949. Em vista disso ficou francamente patenteado o interesse da URSS em manter os acordos de Yalta, considerando a Grécia como área integrante da esfera de influência capitalista.

Não se pode negar que a Grécia, em virtude de sua posição geográfica, é uma excelente base de operações aeronavais, permitindo o desempenho de um papel de alto significado no mar Egeu, nas bacias petrolíferas do Oriente Médio e no Mediterrâneo. Assim, a transferência da Grécia para o campo socialista facultaria à URSS, um papel de grande relevo na política mediterrânea. Todavia, a razão pela qual a pretensão russa de influir na zona do Mediterrâneo não foi levada avante pela grande potência socialista e esta ter adotado uma política contrária à atuação do partido comunista grego, pode ser explicada da seguinte maneira: a URSS foi sempre contra a tomada de poder pelos partidos comunistas nas zonas de importância estratégica para o bloco capitalista e que além disso não eram de importância vital para a sua própria segurança. Essa posição levava a URSS a evitar confrontos diretos com o bloco capitalista, segundo aliás uma das linhas da sua política exterior já ventilada anteriormente.

Percebe-se, portanto, que ao contrário do que ocorreu na China e na Iugoslávia onde o partido comunista chegou ao poder, na Grécia o que se constatou foi o fracasso da luta revolucionária.

EUROPA ORIENTAL

O processo de integração dos países do Leste europeu no bloco soviético se desenvolveu de maneira mais ou menos comum a todos eles.

Após a Segunda Grande Guerra os comunistas que integraram as Frentes de Resistência dos diversos países apoiaram-se no Exército Vermelho a fim de transformá-las em Frentes Patrióticas que iriam ter papel primordial na política nacional das nações da Europa Oriental.

Entretanto, às Frentes Patrióticas sucederam os Governos provisórios nos quais os comunistas passaram a ocupar posições de grande destaque. Em situação vantajosa esses elementos passaram, então, a trabalhar em prol da realização da reforma agrária e da nacionalização das indústrias. Enquanto tais medidas eram tomadas na esfera econômica, no campo político uma série de providências visava ao estabelecimento da supremacia da coalizão socialista-comunista e a gradual eliminação dos partidos burgueses no âmbito dos governos.

As conseqüências das iniciativas anteriormente salientadas foram as seguintes: constituição de governos pró-soviéticos, supressão de outros partidos e a consolidação do modelo soviético. Dessa forma foi possível aos países da Europa Oriental promover o desenvolvimento do planejamento econômico e a coletivização da agricultura.

À consolidação do bloco soviético, consumada em 1947, seguiu-se a criação do Kominform, organismo com a finalidade de coordenar as atividades dos PCs e o COMECON (Conselho de Ajuda Econômica Mútua) cujo objetivo é a colaboração e o planejamento econômico a nível interestatal.

A formulação definitiva do bloco soviético verificou-se em 1955 com a criação do Pacto de Varsóvia.

Portanto, no processo de formação do bloco soviético tiveram importância decisiva as definições estratégicas das grandes potências, as relações entre a pirâmide burocrática do movimento comunista mundial, o grau de desenvolvimento alcançado pelos partidos comunistas nacionais e a autonomia relativa por eles adotada.

A PERIFERIA SOCIALISTA

Ao lado dos países integrantes da zona de equilíbrio da União Soviética—República Democrática Alemã, Bulgária, Tchecoslováquia, Romênia, Hungria e Polônia—cumpre salientar os casos especiais da Iugoslávia e da Albânia.

A expulsão da Iugoslávia do Kominform, a substituição, por parte desta, do modelo soviético pela autogestão operária das empresas públicas, reformas posteriores tendentes a uma maior burocratização e a introdução

do "socialismo de mercado" e diferenças ideológicas em face da cúpula soviética, tornaram difícil o reconhecimento da aludida nação como parte da zona de equilíbrio soviético, embora também não se possa considerá-la dentro da esfera capitalista. Assim sendo, permanece a Iugoslávia à mercê de pressões do bloco soviético e do capitalista.

A Albânia nunca chegou a ter importância estratégica de relevo para a URSS uma vez que não tinha fronteiras com os países integrantes do bloco soviético. A posição política da Albânia até há pouco tempo era favorável à linha chinesa. Todavia, ultimamente ocorreram sérias divergências entre os dois países.

Os países socialistas asiáticos menores são vulneráveis às pressões chinesas e soviéticas. Exemplos expressivos podem ser citados: Vietnã do Norte e do Sul, Camboja e Laos.

Entretanto, a disputa entre a URSS e China pela hegemonia no Sudeste asiático se acentuará tendo em vista o significado estratégico da referida região para as duas potências socialistas.

Não resta dúvida, por outro lado, de que a URSS procurará impedir o aumento da influência dos chineses na área em questão. A concretização dessa postura soviética consubstanciou-se na proposta de Brejnev de constituir um sistema de segurança asiático. Dessa forma, não seria possível, a curto prazo, um entendimento entre a URSS e China. Mais provável será que as duas potências socialistas tendam a estabelecer acordos, em separado, com os Estados Unidos e Japão, que influem incontestavelmente nos destinos asiáticos.

Uma outra consequência do conflito sino-soviético, ao que tudo indica, será o surgimento de um novo neutralismo em países revolucionários como Vietnã, Coreia do Norte e Camboja, assim como em países capitalistas dependentes tais como Birmânia, Tailândia, Filipinas, Indonésia e Malásia. Esse neutralismo não significa não alinhamento com as grandes potências, o que redundaria num enquadramento bipolar capitalista-socialista, mas sim no novo contexto multipolar, no qual são constatadas as pressões cruzadas de potências pertencentes a campos diferentes. Semelhante situação propicia também uma maior margem de manobra dos países subdesenvolvidos, incluindo os da esfera socialista.

Por outro lado, a única alternativa plausível para os países integrantes da periferia asiática será o estabelecimento de relações cordiais com a URSS e China, não descurando, inclusive, do intercâmbio com as potências capitalistas.

Todavia, de todos os países socialistas do mundo, Cuba é o único que pode ser considerado como integrante da periferia socialista. Essa situação, ao que parece, ficou claramente evidenciada por ocasião da famosa crise dos foguetes de 1962 quando as duas superpotências entraram num acordo a respeito do assunto, sem que a URSS tivesse consultado o governo cubano. Além disso, é notória a dependência quase total de Cuba, da União Soviética, sobretudo em virtude do bloqueio econômico ao qual foi submetida pelos norte-americanos.

Outros sintomas da crescente adesão de Cuba ao bloco soviético podem ser elencados: o apoio cubano à intervenção soviética na Tchecoslováquia; a hostilidade sino-cubana; o caráter moderado do apoio de Cuba aos movimentos revolucionários da América Latina; a defesa da URSS feita pela nação do Caribe por ocasião de conferência de países não-alinhados, realizada na Argélia, na qual aquela superpotência foi alvo de severas críticas por parte de governantes de países subdesenvolvidos; e o irrestrito apoio cubano aos movimentos revolucionários africanos.

Na política interna observou-se uma sensível ampliação do PC Cubano, a influência soviética na organização do exército cubano e o empenho para que as organizações de massas, em Cuba, desempenhem funções semelhantes às que têm na URSS.

Convém lembrar, entretanto, que as características do socialismo cubano são diferentes das soviéticas, no que concerne sobretudo às relações sociais.

CONCLUSÕES

Observa-se, portanto, que as duas superpotências que apareceram no cenário mundial após a Segunda Grande Guerra continuam na busca de um equilíbrio de poder.

Ao redor de 1950 a hegemonia das grandes potências era absoluta sobre os respectivos campos. Era indiscutível a influência norte-americana sobre a Europa, Japão e, praticamente, todos os países subdesenvolvidos da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio.

A União Soviética estava empenhada na reconstrução interna e na formação do bloco socialista.

Assim sendo, a política de poder mundial oferecia aos países tripla alternativa: pró-soviética, pró-americana ou a neutralidade. Essa última alternativa só era viável para um grupo de países cuja extensão territorial, condições geopolíticas ou situação econômica propiciavam uma postura neutralista.

Atualmente, o quadro mundial sofreu reformulações e a hegemonia das superpotências já não é mais absoluta. O monopólio nuclear que possibilitou a supercapacidade destrutiva das grandes potências, facultou, por outro lado, a contestação da supremacia de ambas em outras atividades. Assim, o confronto entre URSS e USA continua circunscrito às zonas periféricas, onde o seu caráter indireto acarreta conflitos convencionais afastando, pois, o risco de um cataclismo nuclear.

As nações capitalistas desenvolvidas, por seu turno, recuperadas da destruição ocorrida durante o segundo conflito mundial e uma vez afastado o "perigo comunista" passaram a dispor de maior autonomia política. Essa situação acabou por acarretar problemas à economia norte-americana, resultando na crise enfrentada pela economia capitalista na presente década.

Observou-se que a Ásia é a região do mundo onde a nova ordem

mundial se manifesta com maior eloquência. Os Estados Unidos têm visível interesse em manter a região, dentro da periferia capitalista e inclusive ampliar suas relações econômicas com a URSS e China. O Japão, visando a expansão do seu comércio internacional, aproveitará as oportunidades oferecidas pelas potências socialistas para salvaguardar a garantia de novas fontes de provisão de petróleo e de outras matérias-primas. A URSS e a China, ao que parece, esforçar-se-ão para ampliar suas relações com os USA e com os países capitalistas desenvolvidos. Finalmente, os pequenos países asiáticos, manter-se-ão provavelmente numa posição de neutralidade a fim de lograr vantagem nacional das pressões entrecruzadas das potências socialistas e capitalistas.

O Oriente Médio e a África do Norte, palcos de continuados conflitos, são áreas de confrontação indireta das duas superpotências. O restante da África será ainda por certo tempo, zona da periferia capitalista, principalmente dos países europeus. Todavia a gradativa intervenção soviética, através de ajuda militar, poderá aumentar o número de casos similares aos da Argélia, Líbia, Egito (com situação já mudada em 1977), Mali, Sudão, Nigéria, Guiné, Congo, Moçambique, Uganda, Somália (situação também mudada em 1977) e Angola. A China, por sua vez, não se limitará à colaboração econômica e seguramente dará também apoio militar às nações africanas, à maneira do que se verificou com a Frente Nacional de Libertação de Angola e Unita. A situação do Saara Espanhol, da Rodésia e da Namíbia e a presença militar soviética e cubana em vários países africanos permitem concluir que a África será, em futuro próximo, uma zona de grandes confrontos entre as duas superpotências.

A América Latina continuará a ser ainda uma zona da periferia capitalista, à exceção de Cuba. A acumulação transnacional abolirá o caráter antioligárquico e nacionalista das oligarquias locais. Assim, o maior nível de autoritarismo e o papel repressivo dos governos bem como a maior importância dos mesmos na economia poderá facilitar a tendência geral favorável ao domínio dos Estados Unidos. (MICHELENA, 1977: 251-262).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar a influência das relações de classe e dos aspectos estruturais, políticos e ideológicos nas relações internacionais. Procura mostrar que a política de *détente* entre as grandes potências se desenvolve em função dos interesses fundamentais dos Estados Unidos e da União Soviética.

A análise da política internacional dos países subdesenvolvidos é feita segundo os novos processos de acumulação capitalista e de divisão internacional do trabalho, enfatizando também a transnacionalização das economias latino-americanas mais evoluídas.

ABSTRACT

The subject of this paper is become evident the influence of the class relations and the political, ideological and structural shapes on international relations. It try to presents that *détente* policy between the great world powers developed in function of the basics interests of United States and Sovietic Union.

The analysis of underdeveloped countries international policies is done in accordance the news processes of capitalistic accumulation and international labour division, also enlighten on the transnationalization of the most developed Latin American economies.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est mettre en évidence l'influence des relations de classe et des aspects structuraux, politiques et idéologiques dans les relations internationales. Il cherche à montrer que la "détente" entre les deux grandes puissances se développe en fonction des intérêts fondamentaux des États Unis et de l'Union Soviétique.

L'analyse de la politique internationale des pays sous-développés est faite selon les nouveaux processus d'accumulation capitaliste et de division internationale du travail, en remarquant aussi l'internationalisation des économies latino-américaines plus évolués.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNETT, R. J. (1970) – *Intervention and Revolution: the United States in the Third World*. London, Essex, Mc Gibbon and Kee.
- CROUZET, Maurice (1972) – *Historia General de las Civilizaciones. La Epoca Contemporanea*, vol. 2, Barcelona, Ed. Destino.
- DENISON, E. F. (1967) – *Why Growth Rates Differ?* Washington, The Brookings Institution.
- FAIRE, A. e SEBORD, J. P. (s/d) – *Le Nouveau Déséquilibre Mondial*.
- GRAY, Jac (1972) – *The Chinese Model: Some Characteristics of Maoist Policies for Social Change and Economic Growth*. London, Alec Nove and P. M. Nuti Editors, Socialist Economics.
- HOROWITZ, D. D. (1964) – *Estados Unidos Frente a la Revolución Mundial* (Transcrito do "The Sunday Times" de 29/11/64).
- HOROWITZ, D. D. (1971) – *The Free World Colossus; a Critique of American Foreign Policy in the Cold War*. New York, Hill and Wang.
- IANNI, Octávio (1973) – *Diplomacia e Imperialismo na América Latina* – Cadernos CEBRAP, nº 12.
- KRIEGEL, Annie (1970). *Las Internacionales Obreras*. Barcelona. Ediciones Martinez Roca.
- LATIN AMERICA (1974). vol. 8 (37) London.
- MICHELENA, José Augustin Silva (1977) – *Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder*. Trad. João Maia. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- PELLICIER (1963) – *La Chine en Scène*. Paris, Julliard.
- QUIJANO, Anibal (s/d) – *Imperialismo y Clase Obrera en America Latina*, p. 9 (Conferência).
- SHERWOOD, Robert (1950) – *Le Memorial de Roosevelt*. tomo 2, Paris.
- SMITH, HOWARD K. (1949) – *The State of Europe*. London.
- STROESSINGER, John G. (1965) – *The United Nations and the Superpowers*. New York, Randon House, cap. 10.

